

Diagnóstico das políticas públicas de abordagem territorial no Oeste da Bahia nas duas últimas décadas

Priscila C.L. Lima (IC)¹, Rubio J. Ferreira (PQ)¹

Universidade Federal do Oeste da Bahia, ¹Centro das Humanidades, CEP 47810-059, Barreiras, Bahia, Brasil

*E-mail: crystalabeli@gmail.com

Palavras Chave: território, políticas públicas, participação social.

Abstract

The geographic space is produced socially. In the same way, the territory results from the actions of the social agents. Social inequalities are often the result of the actions of the State, since it acts in articulation with capital. Based on the assumption that social participation in the public policy process is the basis for effective social management and territorial development, the objective of this work is to diagnose the public policies of a territorial approach in the West of Bahia in the last two decades.

Introdução

O espaço geográfico é produzido socialmente. Do mesmo modo, o território resulta das ações dos agentes sociais. As desigualdades sociais, muitas vezes são fruto das ações do Estado, já que este atua articulado com o capital. No Brasil, com a perspectiva de que a abordagem territorial é integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas, nas últimas duas décadas, o Governo Federal, articulado com governos estaduais e municipais, utiliza estratégias de gestão que vise ao desenvolvimento regional e territorial, a partir de programas e projetos denominados de políticas territoriais [1].

Partindo do pressuposto de que a participação social no processo das políticas públicas são os fundamentos para a efetiva gestão social e o desenvolvimento territorial, o trabalho, que faz parte do Projeto "Políticas (territoriais) públicas e participação social no Território da Bacia do Rio Grande: qual desenvolvimento?", objetiva diagnosticar as políticas públicas de abordagem territorial no Oeste da Bahia nas duas últimas décadas.

Material e Métodos

A pesquisa de caráter explicativo, baseou-se nos conceitos e categorias de análise espacial; políticas (territoriais) públicas e gestão social. A pesquisa foi realizada a partir de leituras convergentes da análise bibliográfica; levantamento de dados primários e secundários; realização de entrevistas com agentes territoriais. Ainda foram feitas as análises qualitativas das políticas públicas; a interpretação e as reflexões dos materiais colhidos, mediante o arcabouço teórico; e redação do relatório final de pesquisa.

Resultados e Discussão

O Governo do estado da Bahia sistematizou o Programa Territórios de Identidade, que considera cada um dos vinte e sete territórios como unidades de planejamento cujas as políticas públicas devem promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios [1]. Ao considerar o território de identidade como o agrupamento identitário

municipal, de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos [2], busca-se a ampliação das possibilidades de coesão social e territorial. Dentre os territórios de identidade da Bahia, o da Bacia do Rio Grande, situado no Oeste da Bahia, é composto por 14 municípios.

A principal estratégia para a participação da população no planejamento e na gestão das políticas territoriais tem guarida nos colegiados territoriais, onde estão presentes o poder público e a sociedade civil organizada de maneira representativa. Com reuniões sistemáticas de tomadas de decisão coletiva, sobre as políticas implementadas no Território, o Colegiado cumpriria papel importante para o desenvolvimento.

Nas duas décadas analisadas, do que se chamou de "políticas territoriais" pelo Estado, destaca-se o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PDTRS) que foi atualizado neste ano de 2018.

Conclusões

As questões referentes ao papel dos agentes sociais nas políticas públicas territoriais não conseguem alcançar a todos os municípios no Território em tela. Se por um lado, a diversidade de ideologias representa a pluralidade territorial, por outro dificulta que o planejamento das políticas públicas realize seus objetivos, uma vez que os Colegiados se tornam plataformas de disputas político-partidárias; negligenciando-se o caráter de identidade territorial.

Agradecimentos

Ao CNPq e à UFOB pela experiência da iniciação à pesquisa científica, a partir de um projeto, e o fomento da bolsa por 12 meses. Aos atores do Território da Bacia do Rio Grande que nos concederam entrevistas ou dados insofismáveis para entender o Território.

Referências

[1] N. Blatt; P.S.C. Gondim, Territórios de Identidade no Estado da Bahia: uma análise da regionalização implantada pela estrutura governamental na perspectiva do desenvolvimento local e regional, Tempos, Espaço e Representações: abordagens geográficas e históricas. UESB, (2013).

[2] Bahia, Decreto Nº 12.354 de 25 de agosto de 2010. Salvador: Casa Civil: Legislação Estadual.